

CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA

Eleições, democracia e compromisso com a continuidade e o fortalecimento do SUS e das políticas públicas de saúde

A Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose dirige-se à sociedade brasileira para reafirmar a importância das eleições como instrumento de participação democrática e de definição dos rumos das políticas públicas do país.

As escolhas eleitorais têm impacto direto sobre a formulação, o financiamento, a implementação e a continuidade das políticas públicas, incluindo aquelas que garantem o direito à saúde. Por isso, o exercício do voto deve ser acompanhado de informação, reflexão e responsabilidade cidadã.

O Sistema Único de Saúde (SUS), assegurado pela Constituição Federal de 1988, representa uma conquista histórica da sociedade brasileira. Fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS garante o acesso à saúde como direito de todas as pessoas e dever do Estado. Sua atuação vai muito além da assistência nos serviços de saúde: envolve vacinação, vigilância epidemiológica, prevenção de doenças, assistência farmacêutica, atenção primária, atendimento especializado e diversas outras ações essenciais à população.

Defender o SUS significa defender a vida, a dignidade humana e a redução **das** desigualdades sociais.

Nesse contexto, as eleições constituem uma oportunidade para que a população avalie as propostas e os compromissos apresentados por candidatas, candidatos, partidos e coligações em relação à saúde pública. É fundamental conhecer os planos de governo, verificar o histórico de atuação dos representantes, analisar as prioridades orçamentárias e acompanhar os compromissos assumidos perante a sociedade.

A continuidade das políticas públicas exige planejamento, financiamento adequado, valorização dos trabalhadores da saúde, fortalecimento das redes de atenção, participação social e compromisso institucional. Mudanças de gestão não devem representar descontinuidade de ações essenciais, interrupção de programas estratégicos ou enfraquecimento das estruturas responsáveis pela garantia dos direitos da população.

A tuberculose precisa permanecer entre as prioridades da agenda pública

Para a Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose, essa discussão tem especial relevância. O enfrentamento da tuberculose exige políticas públicas permanentes, investimento contínuo, diagnóstico oportuno, tratamento adequado e acompanhamento das pessoas acometidas pela doença. Também requer participação e controle social, com o fortalecimento da sociedade civil na defesa do direito à saúde e na cobrança por respostas efetivas do poder público.

A tuberculose está profundamente relacionada às condições de vida e aos determinantes sociais da saúde, como pobreza, insegurança alimentar, ausência de moradia adequada e dificuldades de acesso aos serviços. Seu enfrentamento exige, portanto, ações integradas entre saúde, assistência social, educação, direitos humanos, habitação, trabalho e renda, além da participação ativa da sociedade civil.

O compromisso com a eliminação da tuberculose como problema de saúde pública depende da manutenção e do fortalecimento das estratégias nacionais, da articulação entre União, estados e municípios e da participação dos movimentos sociais e das instâncias de controle social.

Nesse sentido, é indispensável que as políticas de prevenção, vigilância, diagnóstico e tratamento da tuberculose, bem como as iniciativas de proteção social e enfrentamento dos determinantes sociais da doença, permaneçam na agenda dos gestores e representantes eleitos.

Nosso chamado à participação cidadã

A Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose convida cada cidadã e cada cidadão a exercer seu direito ao voto com consciência, responsabilidade e compromisso com a democracia.

Convidamos a sociedade a:

- Conhecer as propostas: verificar o que cada candidatura apresenta para o SUS, o financiamento da saúde e os programas de prevenção e controle de doenças.
- Avaliar compromissos públicos: observar as propostas relacionadas à continuidade das políticas de saúde, à redução das desigualdades e à proteção das populações em situação de vulnerabilidade.
- Valorizar a participação social: considerar o papel dos conselhos de saúde, dos movimentos sociais, dos comitês e das organizações da sociedade civil na formulação e no monitoramento das políticas públicas.
- Acompanhar os representantes eleitos: cobrar transparência, responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e cumprimento dos compromissos assumidos.
- Defender políticas públicas permanentes: compreender que o cuidado com a saúde da população exige planejamento de longo prazo, financiamento adequado e responsabilidade compartilhada entre os diferentes níveis de governo.

A escolha eleitoral pertence a cada cidadã e cidadão. Nosso compromisso institucional é contribuir para que o debate público reconheça a saúde como direito fundamental e valorize políticas públicas construídas com base nas necessidades da população, nas evidências científicas, na equidade e na participação democrática.

Saúde pública é compromisso com o presente e com o futuro

O fortalecimento do SUS e a continuidade dos programas a ele vinculados não são questões restritas aos profissionais da saúde. São temas que dizem respeito a toda a sociedade, pois influenciam diretamente a qualidade de vida, a proteção social e a garantia de direitos das gerações atuais e futuras.

Por isso, reafirmamos a importância de eleições pautadas pelo debate democrático, pela transparência, pelo acesso à informação e pela responsabilidade pública.

Que o processo eleitoral seja também um momento de reflexão sobre o país que queremos construir e sobre o papel das políticas públicas na promoção da vida, da cidadania e da justiça social.

O SUS é patrimônio da sociedade brasileira. Fortalecê-lo, assegurar a continuidade das políticas públicas e manter o enfrentamento da tuberculose entre as prioridades nacionais são compromissos que exigem participação, vigilância cidadã e responsabilidade democrática.

Atenciosamente,

Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose

Pela democracia, pela participação social, pelo direito à saúde e pelo fortalecimento do SUS.